

EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DO DISTRITO FEDERAL

João Gomes Doffine¹
João Paulo Cunha de Menezes²

RESUMO

Dentro do cenário educacional contemporâneo, a Educação Sexual emerge como um tema de profunda importância e intrincada complexidade, necessitando de um tratamento minucioso e fundamentado em diretrizes oficiais de educação. Este estudo buscou investigar a representatividade da Educação Sexual em documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Caderno Série Saúde e o Currículo em Movimento do Distrito Federal, voltados ao ensino fundamental nos anos finais. Empregando uma abordagem qualitativa de análise documental, conforme estabelecido por Cellard, e uma avaliação de conteúdo guiada pela metodologia de Bardin. Os resultados destacaram a necessidade da Educação Sexual transcender uma perspectiva estritamente biológica, abordando também conteúdos sobre contracepção e prevenção das ISTs, gênero e sexualidade, contexto social e cultural e também violência sexual e de gênero. É imperativo que professores tenham uma formação mais robusta, tanto inicial quanto continuada. A integração de outros profissionais ao projeto pedagógico de Educação Sexual é fundamental, e a família desempenha um papel crucial no ensino dessa temática. Ainda, é essencial resistir a discursos conservadores que possam interferir na elaboração dos documentos oficiais, como aconteceu observado na trajetória da BNCC.

Palavras-chave: Educação Sexual, Ensino Fundamental, Documentos oficiais.

1 Graduado do Curso de Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado da Universidade de Brasília - UnB, jaodoffine@gmail.com;

2 Professor Adjunto, Núcleo de Educação Científica, Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, DF, joapauloc@unb.br.

INTRODUÇÃO

A Educação Sexual (ES) possui diversas definições e nomenclaturas de acordo com o contexto em que é inserida. Ainda que exista um debate sobre sua melhor definição, a ênfase reside no conteúdo discutido e na maneira como é apresentado. Dentro da sala de aula, surge a oportunidade de questionar comportamentos e piadas perpetuadas pela família e sociedade, apresentando ao aluno novas formas de pensar, agir e se comportar (FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020; SOUSA, 2021; SOUSA; DUARTE, 2021).

É essencial, ao discutir a relevância da Educação Sexual nas escolas, entender sua trajetória histórica no Brasil e as variadas perspectivas que a circundam, incluindo a urgência de desbiologizar a ES. Bueno e Ribeiro (2018) dividem essa trajetória em seis momentos distintos. Primeiro, entre os séculos XVI e XIX, a ênfase estava na reprodução com o intuito de povoar o território. Posteriormente, a medicina higienista liderou o debate, propondo uma visão clínica sobre os comportamentos.

Sob a influência desta perspectiva clínica, entre 1920 e 1960 - o terceiro momento - diversos autores de diferentes áreas contribuíram para o debate da ES. No entanto, este movimento foi abruptamente interrompido pelo golpe militar, instaurando o quarto momento, um período de silêncio nas discussões. Com a retomada democrática, durante o quinto momento, as conversas sobre ES ressurgiram, impulsionadas por iniciativas governamentais e lideranças destacadas. Por fim, o sexto e mais recente momento se deu com a adoção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforçada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BUENO; RIBEIRO, 2018).

A consolidação das políticas de Educação Sexual no Brasil foi destacada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Porém, para entender completamente este marco, é imperativo revisitar sua evolução histórica e os desdobramentos pós-PCNs. A educação brasileira é guiada por um conjunto de leis, diretrizes e planos que estabelecem desde sua estrutura básica até competências e habilidades almejadas. Dada a inter-relação desses documentos, uma omissão pode gerar consequências em sua sequência. Neste cenário, o propósito deste estudo é investigar a representação da Educação Sexual em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular, o Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais, e o Currículo em Movimento do Distrito Federal para Ciências Naturais no Ensino Fundamental Anos Finais, com o intuito de elucidar a abordagem desse tema e comparar seus conteúdos.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza a metodologia qualitativa, que se concentra na interpretação de dados não quantificáveis, valorizando significados associados a motivos, aspirações e valores. Reconhecendo a influência mútua entre o pesquisador e a pesquisa, o trabalho emprega uma análise documental. A análise documental, uma ferramenta qualitativa, permite examinar uma variedade de documentos ainda não analisados cientificamente, como relatórios e revistas. Seguindo os procedimentos de Cellard (2008), analisamos preliminarmente os seguintes documentos: i) a Base Nacional Comum Curricular, ii) Caderno Saúde da Série Temas Contemporâneos Transversais Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e iii) o Currículo em Movimento do Distrito Federal.

Utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2016) nos documentos destacados, foram estabelecidas categorias como “Conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do sistema reprodutor”, “Conhecimentos sobre concepção e prevenção de ISTs”, “Conhecimentos sobre gênero e sexualidade”, “Conhecimentos sobre contexto social e cultural” e “Conhecimentos sobre violência de gênero e sexualidade”. Estas categorias auxiliaram na interpretação e avaliação da adequação e atualização da abordagem da Educação Sexual nos documentos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na categoria “Anatomia e Fisiologia Reprodutiva”, a BNCC (BRASIL, 2018) destaca a habilidade “(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, levando em conta a influência dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” para o 8º ano do EF Anos Finais. Contudo, o Caderno Série Saúde não aborda objetos de conhecimento nesta categoria. Por outro lado, o Currículo em Movimento do DF (DISTRITO FEDERAL, 2018) estabelece para o 6º ano o objetivo de “Relatar as transformações físicas e psíquicas que ocorrem na puberdade”, e para o 8º ano, enfatiza a atuação de hormônios sexuais, glândulas e o papel do sistema nervoso nas transformações da puberdade.

A BNCC foca apenas nos hormônios sexuais e omite temas cruciais como ciclo menstrual, ejaculação e concepção, gerando uma lacuna, visto que os currículos e livros didáticos são baseados na BNCC. O Currículo em Movimento, embora mais abrangente, também omite tais temas.

Barbosa et al. (2020) discutem a falta de informação sobre anatomia e fisiologia, destacando que essa ausência de informações gera medo nos estudantes. Esses autores também ressaltam que a escola é um espaço privilegiado para

abordar a ES. Além disso, eles apontam que a família muitas vezes não consegue superar os tabus associados ao tema e indicam um entendimento equivocado da sexualidade, limitando-a ao ato sexual em si. Franco, Marinho e Silva (2020) adicionam a esta discussão a visão biológica predominante na abordagem do corpo dentro do contexto escolar. Segundo essa perspectiva, o corpo é considerado padrão, ignorando as variações anatômicas na genitais que vão além de sua forma e tamanho, incluindo as possibilidades intersexos. Os autores ainda relatam as dúvidas dos estudantes em relação à atuação dos hormônios em corpos transgêneros e travestis, bem como a importância de utilizar a nomenclatura sistema genital em vez de sistema reprodutor.

Dentro da categoria “Contracepção e Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis”, destacam-se os seguintes resultados: a BNCC enfatiza a habilidade

EF08CI09: Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e (EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção (BRASIL, 2018).

Por outro lado, o Caderno Série Saúde destaca o tema “Prevenção à DSTs/ AIDS e da gravidez na adolescência” (BRASIL, 2020). O Currículo em Movimento do DF, para o 6º ano, lista objetivos como conhecer e comparar métodos contraceptivos, entender a importância da atitude informada na escolha destes métodos, e pesquisar sobre gravidez na adolescência (DISTRITO FEDERAL, 2018). Para o 8º ano, seus objetivos incluem conhecimento sobre métodos contraceptivos, a compreensão de ISTs, seus agentes causadores e métodos de prevenção, enfatizando a orientação médica e a educação na prevenção (DISTRITO FEDERAL, 2018).

Ao analisar esses resultados, percebe-se que o Currículo em Movimento do DF tem uma abordagem mais abrangente que a BNCC e o Caderno Série Saúde, distribuindo seus objetivos em dois anos letivos. O Caderno Série Saúde, por sua vez, situa-se como um tema transversal, permitindo abordagens variadas em diferentes disciplinas.

Estudos como os de Chaves et al. (2014) e Carneiro et al. (2015), indicam que muitos adolescentes iniciam a vida sexual precocemente. Embora tenham acesso a informações, isso não necessariamente leva a uma mudança de comportamento. Surpreendentemente, muitos jovens usam as mídias sociais como

fontes de informação, embora estas nem sempre ofereçam dados corretos ou completos (BARBOSA et al., 2020). Nesse contexto, uma abordagem educacional eficaz poderia envolver o uso dessas informações das mídias sociais para esclarecimento e correção.

O estudo de Chaves et al (2014) demonstrou que adolescentes, principalmente entre 13 e 19 anos, em escolas públicas do Ceará, evitavam o uso de preservativos por mitos relacionados ao tema. Isso pode levar a comportamentos de risco. Furtado, Moraes e Brêtas (2020) realizaram uma intervenção com adolescentes de 10 e 11 anos, constatando conhecimento insuficiente sobre HIV-AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). A literatura sobre adolescentes, especialmente relacionada ao início da atividade sexual, seus hábitos e suscetibilidades a ISTs, ainda é escassa (CARNEIRO et al., 2015). Mesmo assim, é evidente que abordar temas como ISTs e métodos contraceptivos é vital, conforme evidenciado pelos autores citados. A questão não é apenas incluir o debate sobre ISTs no currículo, mas garantir uma educação sexual ampla e holística.

A categoria sobre “Gênero e Sexualidade” aparece na BNCC no 8º ano com a habilidade “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” O Caderno Série Saúde não aborda nenhum objeto de conhecimento relacionado a gênero e sexualidade. O Currículo em Movimento apresenta o objetivo no 6º ano do EF “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais.” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Além disso, aparece também no 8º ano

“Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnicorraciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais. Discutir sobre a responsabilidade e o respeito que cada indivíduo deve ter com o seu próprio corpo e com o dos outros.” (DISTRITO FEDERAL, 2018)

A BNCC reconhece a multidimensionalidade da sexualidade, abordando aspectos como o corpo (biológico), as normas sociais (sociocultural), a expressão dos afetos (afetiva) e o consentimento e respeito (ética). No entanto, é válido observar que a identidade de gênero não é explicitamente mencionada, embora seja igualmente importante e necessária. O Caderno Série Saúde, por sua vez, perde outra oportunidade de deixar claro a necessidade de trabalhar questões de gênero e sexualidade por professores de diversas disciplinas, uma vez que essas são construções sociais. No Currículo em Movimento do DF, há uma repetição

quase idêntica em dois anos diferentes sobre a importância de os alunos entenderem que os pais devem respeitar suas identidades de gênero e sexualidades. No entanto, essa abordagem é misturada a outros aspectos que são importantes. Além disso, o Currículo em Movimento destaca que os estudantes precisam respeitar seus próprios corpos e os corpos de outras pessoas.

É correto afirmar que as sexualidades e identidades de gênero, que são construídas históricas e culturais no Brasil, são aprendidas e transmitidas pela família, escola, mídias sociais. No entanto, é dentro da escola que ocorre a oportunidade de transformação por meio do questionamento do cotidiano (FRANCO; MARINHO; SILVA 2020; QUEIROZ, ALMEIDA, 2017; SOUSA; DUARTE, 2022).

Os autores Franco, Marinho e Silva (2020) destacam que é um equívoco vincular os marcadores biológicos às feminilidades e masculinidades. A biologia por si só não é capaz de explicar as identidades de gênero e sexualidades, e essa associação excluiria corpos dissidentes, uma vez que a genitália não define o gênero. Com base na pesquisa de Queiroz e Almeida (2018), fica evidente que a adolescência é uma fase em que surge a preocupação com o próprio corpo e com os comportamentos sociais e sexuais que estão em conformidade com os estereótipos de gênero. Maia e Ribeiro (2011) enfatizam a importância da escola nesse contexto, pois ela desafia esses estereótipos, ajuda na construção de valores pessoais e promove uma visão positiva da sexualidade.

Além disso, a escola desempenha um papel fundamental ao esclarecer os mecanismos de repressão e abordar aspectos importantes para que a ES seja libertária. Filha (2017) traz à tona a discussão sobre as diferentes nomenclaturas utilizadas na ES, como por exemplo, Orientação Sexual. Essa discussão reflete um local de disputa, uma vez que é por meio da linguagem que atribuímos valor às coisas, definimos o que é certo ou errado e criamos conceitos e nomes. E, talvez por isso, a linguagem neutra gera muitos conflitos e confusão, pois ela coloca em evidência as normas sociais e construções culturais sobre o que é considerado masculino/feminino, assim como a exclusão de corpos que não se enquadram exclusivamente nos dois gêneros.

A categoria sobre “Contexto Cultural e Social” não possui habilidades específicas na BNCC. O Caderno Série Saúde também não aborda objetos de conhecimento relacionados a essa categoria. No entanto, o Currículo em Movimento apresenta o objetivo no 6º ano do EF Anos Finais “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais.” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Da mesma forma, no 8º ano do EF, o objetivo é “Conhecer as responsabilidades e o respeito dos pais em

relação aos seus filhos, no que tange às diferenças individuais, intelectuais, físicas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade e culturais” (DISTRITO FEDERAL, 2018). Esses objetivos parecem visar a compreensão e o respeito pelas diversas diferenças presentes na sociedade, incluindo aspectos culturais, étnicos, de gênero e orientação sexual.

Embora a BNCC não apresente de forma explícita os conteúdos relacionados ao contexto cultural e social, é importante reconhecer a importância desses temas para a formação integral dos estudantes. As mídias sociais frequentemente abordam questões relacionadas à tolerância, preconceito, normas sociais e violência, que fazem parte do cotidiano dos alunos dentro e fora da escola.

Autores como Maia e Ribeiro (2011), Sousa (2021), Sousa e Duarte (2022), Rodrigues, Brandão e Modesto (2022) destacam a importância de abordar essas questões na educação, pois elas refletem a realidade vivida pelos alunos e contribuem para a construção de uma sociedade emancipatória, inclusiva. Portanto, trazer e questionar o cotidiano na educação uma forma efetiva de trabalhar o contexto social e cultural da ES, permitindo que os alunos compreendam e analisem as relações de poder presentes na sociedade.

Sousa (2021) apresenta uma análise do pensamento freiriano e das contribuições da feminista *bell hooks*, enfatizando a importância de problematizar a realidade como um meio de construir um mundo democrático, antirracista e anti heteronormativo. Nessa perspectiva, são evidenciadas as opressões vivenciadas e a necessidade de mudança de comportamentos para promover uma educação libertária. Além disso, Sousa e Duarte (2022) apresentaram os resultados de uma pesquisa realizada com mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais, refletindo sobre a função social da escola em assumir a problematização do gênero e das sexualidades. Para as autoras, a escola deve ser um espaço de apoio e libertação, dando voz aos sujeitos dissidentes nos espaços escolares e contribuindo para a construção de projetos educacionais inclusivos.

Franco, Marinho e Silva (2020) destacam a importância de uma abordagem dialógica por parte dos professores para a construção do conhecimento dos alunos no contexto da ES. Reconhece-se que a ES é um tema cheio de nuances, por isso é fundamental escutar ativamente os alunos. A adoção de uma metodologia dialógica e participativa contribui para uma atuação efetiva no processo de ensino e aprendizagem (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017). Durante a fase do adolecer, os jovens passam por mudanças emocionais e comportamentais. É importante ressaltar que, sem a escuta atenta, é improvável que os adolescentes se sintam à vontade para compartilhar suas experiências, angústias e dúvidas. A escuta empática e sensível do professor é importante para os alunos tirarem suas dúvidas.

Outro aspecto que pode ser explorado é o tema de conflitos familiares com um aspecto relevante no contexto social e cultural da ES. De acordo com Carneiro et al. (2015), é sugerido uma abordagem que envolva uma mudança de perspectiva dos estudantes em relação aos seus pais. Além disso, Queiroz e Almeida (2017) identificam que os conflitos familiares são uma questão demandada pelos alunos, ou seja, eles expressam a necessidade de discutir essa questão.

Os adolescentes, em seus diversos espaços de convívio, frequentemente enfrentam conflitos oriundos das normas sociais que necessitam ser revisitadas. Com acesso a uma vasta quantidade de informação, muitas vezes ausente das salas de aula, essa realidade evidencia a urgência de preparação adequada dos educadores e destaca a relevância de uma abordagem transversal na Educação Sexual (ES) (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017; FILHA, 2017; SOUSA; DUARTE, 2022).

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não trate especificamente da categoria “Violência Sexual e de Gênero”, o Caderno Série Saúde introduz um objeto de conhecimento focado na “Prevenção à Sexualização Precoce” (BRASIL, 2020). O Currículo em Movimento do DF, por sua vez, estabelece no 6º e no 8º ano do Ensino Fundamental diretrizes que enfatizam a responsabilidade e o respeito às diversidades (DISTRITO FEDERAL, 2018). No entanto, a falta de ênfase na temática da violência é notável. Salientar o respeito é vital, mas não é sinônimo de abordar diretamente a violência. Dada a crescente prevalência de feminicídios, racismo e a alarmante estatística do Brasil em relação à violência contra pessoas trans/travestis, a necessidade de incluir tais discussões nas escolas é imperativa.

É crucial reconhecer que a integração e atualização de temas da ES em documentos oficiais, como a BNCC e o Currículo em Movimento do DF, podem enfrentar resistências. Os desafios estruturais da educação, como as condições salariais e instabilidades da carreira docente, são evidências claras da necessidade de uma reestruturação ampla para assegurar educação de qualidade em todas as frentes, incluindo a ES.

Ao comparar esses documentos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nota-se uma redução no escopo da ES. Os PCNs posicionavam a ES como um tema transversal, abrangendo diversas dimensões (BRASIL, 1997). A articulação de temas como sexualidade, contexto social, violências e preconceitos é essencial para uma abordagem holística da ES. A colaboração interdisciplinar é crucial, reforçando que o educador não deve ser o único responsável, mas sim um facilitador do diálogo (MAIA; RIBEIRO, 2011; BARBOSA et al., 2020).

Incorporar a família no ambiente escolar pode ser uma estratégia valiosa para compartilhar responsabilidades, respeitando valores familiares e expondo diferentes perspectivas (FURTADO; MORAES; BRÊTAS, 2020; MAIA; RIBEIRO,

2011). A história brasileira é permeada por narrativas conservadoras que, por vezes, restringem a evolução da ES. Um exemplo é o movimento “Escola Sem Partido”, que reflete um conservadorismo histórico e tende a deslegitimar identidades e experiências não heteronormativas (SOUZA; DUARTE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas, fica evidente que os documentos oficiais relacionados à Educação Sexual apresentam lacunas significativas em suas abordagens. A categoria “anatomia e fisiologia reprodutiva” foi simplificada, focando principalmente em hormônios sexuais. Embora a categoria “Contracepção e Prevenção de ISTs” seja mais detalhada, sua conexão com os demais aspectos da Educação Sexual é limitada. A abordagem sobre “Gênero e Sexualidade” é rasa e os objetivos nas categorias “Contexto Cultural e Social” e “Violência Sexual e de Gênero” parecem distantes das necessidades contemporâneas.

O Caderno Série Saúde, ao ser mais explorado, poderia permitir uma abordagem interdisciplinar, envolvendo mais educadores no processo e maximizando o potencial pedagógico do ambiente escolar. É fundamental que os documentos oficiais passem por uma revisão e atualização, refletindo as demandas atuais da Educação Sexual. Sugere-se a realização de pesquisas que busquem entender as necessidades e perspectivas tanto dos estudantes quanto dos educadores no contexto da educação básica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Uchôa et al. Dúvidas e medos de adolescentes acerca da sexualidade e a importância da educação sexual na escola. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 4, p. e2921-e2921, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016, 277 p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: http://base-nacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_saude_consolidado_20102022.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno saúde, educação alimentar e nutricional / Ministério da educação; curadoria Maria Luciana da Silva Nóbrega. - Brasília, DF: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022. (Série temas contemporâneos transversais).

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR. SANARE - **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAVES, Ana Clara Patriota et al. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 67, p. 48-53, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento do Distrito Federal - Ensino Fundamental: Anos Iniciais - Anos Finais. 2. ed. Brasília, 2018.

FILHA, Constantina Xavier. Educação para a (s) sexualidade (s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017.

FRANCO, Ronan Moura; MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, Fabiane Ferreira da. Relato de uma experiência de estágio supervisionado em ciências desenvolvida a partir da perspectiva da educação para a sexualidade. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 3, n. 1, p. 340-356, 2020.

FURTADO, Beatriz Moreira; MORAES, Silvia Piedade de; BRÊTAS, José Roberto da Silva. As Infecções Sexualmente Transmissíveis na perspectiva de adolescentes na pré-puberdade. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 31, n. 1, 2020.

QUEIROZ, Vanessa dos Reis; ALMEIDA, Janie Maria de. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 209-214, 2018.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educação sexual: princípios para ação. **Doxa**, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

RODRIGUES, Lorena Gonçalves; BRANDÃO, Fernanda Dias; MODESTO, João Gabriel. Identificação política e sua relação com as atitudes diante da educação sexual. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 33, p. 1062, 2022.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Praxis educativa**, v. 16, p. 1-18, 2021.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; DUARTE, Denise Alves. Problematizar sexualidades dissidentes na escola? O que dizem mulheres lésbicas, bissexuais e pansexuais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 59, p. 30-42, 2021.